



**SOLIDARIEDADE, FRATERNIDADE, ASSISTENCIALISMO  
E FILANTROPIA: Valores e práticas da década de 90?**

*Prof. Cláudia Tavares Ribeiro*  
*Série Estudos e Debates Nº 2*  
*setembro 1995*

*Trabalho apresentado em novembro de 1994, no XVIII Encontro Anual da ANPOCS, no Grupo de Trabalho: Estudos Urbanos, Caxambú - MG.*

**Apoio Financeiro: Fundação Universitária José Bonifácio - FUJB**

---

# SÉRIE ESTUDOS & DEBATES

## Nova Série

A Série Estudos & Debates, publicação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR, divulga trabalhos inéditos no campo do Planejamento Urbano e Regional. As opiniões emitidas nos textos são de inteira e exclusiva responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IPPUR.

### Corpo Editorial:

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Pedro Abramo Campos

Henri Acselrad

### Coordenação de Documentação e Divulgação:

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro - Coordenador

Leila Albertin Piccoli - Assistente de Coordenação

Ana Lucia Ferreira Gonçalves - Bibliotecária Chefe

### Direção:

Diretor: - Hermes Magalhães Tavares

Coord. de Ensino: - Jorge Luiz Alves Natal

Coord. de Pesquisas e Projetos: - Rainer Randolph

Coord. de Documentação e Divulgação: - Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

### Colaboraram na produção deste trabalho :

Carlos César Passos de Mello - Assistente do CEPED

Patrícia Maria Míguez Glasser - Assistente da Coordenação de Pesquisa

Maria Luiza Jardim - Bibliotecária

Angélica Ramos de Azevedo - Mestranda do IPPUR

### Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR

Prédio da Reitoria, 5º andar, sala 543

Cidade Universitária - Ilha do Fundão

Cep: 21910-240 - Rio de Janeiro - RJ.

Tels: (021)590.1191 / 290.2112 ramais: 2748/2755 - Fax: (021)230.4046

**R484s** Ribeiro, Cláudia Tavares.

Solidariedade, fraternidade, assistencialismo, filantropia : valores e práticas da década de 90? / Cláudia Tavares Ribeiro. -- Rio de Janeiro : UFRJ/IPPUR, 1996.

9 p. : 30 cm. -- (Série estudos e debates ; n. 2).

Bibliografia: p. 9.

1. Participação social. 2. Movimento social. 3. Movimento popular.  
I. Título. II. Série.

**CDD - 307.76**



# Solidariedade, fraternidade, assistencialismo, filantropia: valores e práticas da década de 90?

*Cláudia Tavares Ribeiro\**

## **Introdução**

A primeira versão desse trabalho foi apresentada na Mesa-Redonda "Descentralização do Estado e Participação da Sociedade na Gestão Urbana", realizada no V Encontro Nacional da ANPUR, em agosto de 1993.

Sua reflexão, no entanto, desenvolve-se menos em torno da descentralização do Estado e da participação da sociedade na gestão urbana, do que da participação da sociedade civil no enfrentamento de problemas sociais visíveis nas grandes cidades brasileiras. Isto porque considero, tanto como cidadã brasileira quanto como socióloga que atua na área de conhecimento denominada planejamento urbano e regional, que esta participação vem ganhando contornos muito relevantes, e ainda pouco trabalhados, nos últimos anos, como demonstram: a proliferação de organizações não-governamentais (as ONGs) atuando em conjunto com organizações populares; um certo reconhecimento e valorização político-sociais do assistencialismo, em geral, e do papel das entidades de assistência social como parte orgânica das estratégias de sobrevivência das classes populares, em particular; a constituição de um movimento político-social que tenta articular Estado, mercado e sociedade civil na busca de soluções para os problemas mencionados; a resposta social imediata a esse movimento; a multiplicação de iniciativas empresariais de "caráter social"; e a escassa bibliografia sobre esses movimentos e fatos.

Contribuir para o delineamento desses contornos constitui o propósito desse trabalho.

## **As organizações não-governamentais no Brasil - a solidariedade como valor principal**

Ainda que na literatura não haja consenso em relação ao momento do aparecimento das ONGs no Brasil - alguns autores apontam a década de 50, enquanto outros, o final da década de 60 -, pode-se afirmar que sua proliferação ocorre na década de 70 e que apenas recentemente elas ganham visibilidade pública. Segundo LANDIM (1993: 77):

"(...) em um processo rápido nos últimos 5, 6 anos, ONG vira termo da moda. As chamadas ONGs se multiplicam diariamente, chegam às manchetes de jornal, tornam-se objeto de debates e teses acadêmicas, surgem como atores reconhecidos no cenário político e social".

---

\* Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).  
Docente Associada na mesma instituição.



## Introdução

A primeira versão desse trabalho foi apresentada na Mesa-Redonda "Descentralização do Estado e Participação da Sociedade na Gestão Urbana", realizada no V Encontro Nacional da ANPUR, em agosto de 1993.

Sua reflexão, no entanto, desenvolve-se menos em torno da descentralização do Estado e da participação da sociedade na gestão urbana, do que da participação da sociedade civil no enfrentamento de problemas sociais visíveis nas grandes cidades brasileiras. Isto porque considero, tanto como cidadã brasileira quanto como socióloga que atua na área de conhecimento denominada planejamento urbano e regional, que esta participação vem ganhando contornos muito relevantes, e ainda pouco trabalhados, nos últimos anos, como demonstram: a proliferação de organizações não-governamentais (as ONGs) atuando em conjunto com organizações populares; um certo reconhecimento e valorização político-sociais do assistencialismo, em geral, e do papel das entidades de assistência social como parte orgânica das estratégias de sobrevivência das classes populares, em particular; a constituição de um movimento político-social que tenta articular Estado, mercado e sociedade civil na busca de soluções para os problemas mencionados; a resposta social imediata a esse movimento; a multiplicação de iniciativas empresariais de "caráter social"; e a escassa bibliografia sobre esses movimentos e fatos.

Contribuir para o delineamento desses contornos constitui o propósito desse trabalho.

## **As organizações não-governamentais no Brasil - a solidariedade como valor principal**

Ainda que na literatura não haja consenso em relação ao momento do aparecimento das ONGs no Brasil - alguns autores apontam a década de 50, enquanto outros, o final da década de 60 -, pode-se afirmar que sua proliferação ocorre na década de 70 e que apenas recentemente elas ganham visibilidade pública. Segundo LANDIM (1993: 77):

"(...) em um processo rápido nos últimos 5, 6 anos, ONG vira termo da moda. As chamadas ONGs se multiplicam diariamente, chegam às manchetes de jornal, tornam-se objeto de debates e teses acadêmicas, surgem como atores reconhecidos no cenário político e social".



Registradas legalmente como sociedades civis sem fins lucrativos ou, muito raramente, como fundações, as ONGs, "fenômeno institucional específico e que não se confunde, nem se dilui, como tal, em outras propostas organizativas, políticas ou ideológicas" (LANDIM, 1987), tem sua atuação no Brasil caracterizada, em um primeiro momento, por atividades voltadas quase que exclusivamente para o fortalecimento das organizações populares e, mais recentemente, também por atividades de assessoria e prestação de serviços a essas organizações.

Pelo fato de viverem com recursos externos, advindos de "patrocinadores", que "não são entidades apenas "benevolentes", "filantrópicas" ou "altruístas", mas [que] perseguem com sua ajuda (...) determinados objetivos políticos, que de alguma forma devem ser contemplados por aqueles que a pleiteiam" (RANDOLPH, 1991), muitas vezes as ONGs são vistas como agentes de governo, ponta de lança de políticas neo-liberais e regressivas, pretextos para fraudes, etc. (LANDIM, 1993).

Pelo fato de desenvolverem projetos em campos de atuação tradicionalmente ocupados seja pelos partidos, pelas associações, pelos sindicatos, pelas igrejas e, às vezes, até pelo Estado, sofrem a acusação, por parte de alguns de seus críticos, de aspirar constituir uma alternativa para as grandes estruturas tradicionais.

De fato, o universo das ONGs é muito heterogêneo. Mas apesar das diferenças existentes entre as entidades que dele fazem parte, cabe destacar que elas tem em comum: a valorização da solidariedade como principal valor para a transformação e democratização da sociedade; e, em nome dessa solidariedade, a contribuição para a formação de lideranças comunitárias; para o fortalecimento da autonomia de comunidades locais; para o fomento do intercâmbio de experiências; para o apoio logístico a movimentos reivindicatórios junto a autoridades de qualquer nível; enfim, para a articulação entre mobilizações, movimentos ou associações, que sem essa intermediação, poderiam ficar limitados à atuação e influência basicamente local (RANDOLPH, 1991: 3-4).

### **As entidades sem fins lucrativos - o assistencialismo como valor político positivo**

Se o universo das ONGs é muito heterogêneo, mais heterogêneo ainda é o universo das entidades sem fins lucrativos no qual elas encontram-se inseridas, isto é, o universo constituído por entidades que atuam com o objetivo explícito de contribuir para aliviar os problemas humanos.

Até muito recentemente, esse universo recebeu pouca atenção de pesquisas acadêmicas e debates públicos no Brasil. Esse quadro, no entanto, parece estar mudando. O vácuo deixado pelos poderes públicos no que tange ao enfrentamento da pobreza em



geral e, especificamente, da pobreza urbana, permitiu a visibilidade e até uma certa valorização dessas entidades. O depoimento do economista Carlos LESSA - ex-Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - sobre as entidades de assistência social constitui exemplo dessa mudança:

"(...) fiquei com a impressão de que essas entidades sem fins lucrativos cumprem um papel muitíssimo mais importante do que se pensa à primeira vista, sendo que em alguns casos acho que cumprem um papel insubstituível. Sua presença é extremamente forte e viva, numa leitura popular. Elas fazem parte orgânica das estratégias de sobrevivência da pobreza. Sua presença é mais marcada, mais palpável que a das instituições oficiais (...) e ocupam o vácuo historicamente deixado pelos poderes públicos com relação à pobreza (...). Existem numa relação simbiótica com a população pobre. (...) Houve uma imensa desvalorização do trabalho dessas agências, e junto com a água do banho joga-se fora a criança." (LANDIM, 1993: 36).

Ainda sobre o reconhecimento e a valorização do papel das entidades de assistência social, cabe destacar, como o faz LANDIM (1993: 39), uma série de reportagens sobre organizações assistenciais existentes no Rio de Janeiro, publicada no Jornal do Brasil, sob o título "Os Militantes da Fraternidade". Na introdução à série, justificava-se que "o assistencialismo, numa situação-limite como a nossa, pode ser um valor político positivo, desde que não se queira substituir o papel do Estado", e afirmava-se:

"Eles formam um pequeno exército de voluntários cujo objetivo é fazer o bem, nesta época em que o mal é condecorado com medalha. São pessoas que, independente de ideologia, religião, credo e classe social, se entregam à prática de uma das mais antigas e esquecidas virtudes: a fraternidade. Nesse exército há ricos e pobres; religiosos e leigos; personagens anônimos e famosos; e damas da alta sociedade que freqüentam, ao mesmo tempo, a riqueza dos salões e a miséria das ruas (...) A fraternidade é tão velha como o cristianismo (...) O que há de novo é que ela está voltando, senão como moda, pelo menos como tendência. Já é difícil recensear os seus incontáveis feitos, enumerar as entidades e nominar os seus militantes, por serem muitos e trabalhar discretamente".

A justificativa ou a defesa do assistencialismo como valor político positivo, desde que não se o queira em substituição ao papel do Estado, também parece presente no Movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, deflagrado recentemente - um outro processo merecedor de destaque nessa reflexão.



## **A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida - em busca de soluções emergenciais e permanentes**

O movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida constitui desdobramento do Movimento pela Ética na Política, criado em 1992, "como resultado de uma crescente indignação da sociedade com os rumos da política brasileira". Esse movimento, cujo sentido primeiro residia em "aglutinar as esperanças e ações de todo o povo na direção de uma política guiada por valores éticos em favor da justiça social, da solidariedade e da vida", cresceu em dimensão numérica quando tomou o rumo da campanha do "impeachment" e agora apresenta-se materializado em duas frentes: a luta pela conservação da vigilância e da pressão popular para que os corruptos sejam realmente punidos; a luta para que a política se construa sobre a base da defesa da vida (Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria, 1993: 1). Nessa segunda frente, insere-se a Ação da Cidadania.

Coordenado por um grupo de entidades sem fins lucrativos - Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Conselho Federal de Economia (COFECON), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC) e Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) - o movimento da Ação da Cidadania parte da denúncia de que mais de 32 milhões de brasileiros, localizados, em grande parte, em torno das grandes cidades, passam fome; e propõe a mobilização da sociedade e do Estado no sentido da resolução desse problema:

"O tempo da miséria absoluta e da resignação com esse quadro acabou. O tempo da conciliação e do conformismo acabou.

É este o clamor ético dos nossos tempos. Essa deve ser a prioridade da sociedade e do Estado. Esta é a obrigação de cada um de nós: das entidades da sociedade civil, dos trabalhadores e empresários, das igrejas, escolas e universidades, dos partidos, sindicatos e dos meios de comunicação. De todos mesmo". (Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria, 1993:2).

"Existe muita coisa que pode ser feita. Desde o tratamento emergencial das questões que nos abalam, desde o repartir o pão, até a mudança de rumo de nosso desenvolvimento. Não se trata apenas de dar comida a quem tem fome. É importante, sim, e muitas vezes, vital, resolver o problema emergencial. Mas é preciso pensar no futuro, pensar a longo prazo e organizar a sociedade em busca de soluções permanentes para o fim da miséria, da recessão, do desemprego". (Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria, 1993: 3).

---



A atualidade do movimento dificulta uma análise consistente de suas práticas. No entanto, é possível perceber através do noticiário da imprensa, tanto o compromisso de segmentos dos diversos setores da sociedade com a campanha, quanto a proliferação de Comitês formados por pessoas, grupos e instituições representativos de toda a sociedade.

Por outro lado, a participação nos Comitês permite constatar, de fato, a interação, ainda que difícil, entre indivíduos ou representantes de grupos ou instituições de condição social e posição ideológica as mais diversas, no sentido de encontrar soluções para o problema da fome de alimentação, saúde, educação, emprego, habitação, etc. , isto é, da fome de condições dignas de vida.

Um fato importante a ressaltar é a participação de empresários no movimento; fato este que remete ao último ponto a ser tratado.

### **As iniciativas de "caráter social" dos empresários - uma nova relação entre empresários e sociedade?**

Em 1987, quando da apresentação da proposta de elevação da área territorial referente a 24ª Região Administrativa do Município do Rio de Janeiro, denominada Barra da Tijuca, à categoria de município, como solução para o enfrentamento dos problemas relativos à infraestrutura urbana da localidade, por grupos de empresários, assistiu-se, de forma intensa, nessa cidade, a divulgação de um discurso empresarial que manifestava, no centro de sua argumentação, uma preocupação ou um interesse no desenvolvimento urbano e social.

Este fato chamou minha atenção e, embora pesquisa então realizada por mim tivesse demonstrado os interesses reais dos empresários, encobertos por tal discurso naquela situação (RIBEIRO, 1990), permaneci com o propósito de compreender o que considerava uma *nova* relação entre empresários e problemas sociais no urbano - até aquele momento os empresários não haviam se posicionado socialmente com esse tipo de argumentação, de forma tão explícita.

Observações, leituras, participações em seminários, encontros, etc., trocas de informações com pessoas da área e estudos preliminares realizados sobre essa nova relação, levaram-me a perceber que o discurso dos empresários envolvidos no caso da Barra da Tijuca não consiste um fato isolado na década de 80. Ao longo e a partir dessa década, não apenas um discurso, mas uma "atitude", e mesmo iniciativas empresariais de "caráter social" ganham visibilidade social e acadêmica. Nesse sentido, DUARTE e DIAS (1985: 113) afirmam:

"(...) basta uma breve pesquisa no noticiário para se encontrarem muitas iniciativas em curso no país e que merecem ser divulgadas".



Por outro lado, estudos recentes sobre a filantropia empresarial apontam indícios de um aumento significativo desta, nos últimos anos:

"Não há dados consistentes que mostrem as tendências no número de empresas participantes ou nos valores agregados de seus donativos. Contudo, há fortes indícios de que o número de empresas envolvidas em alguma forma de filantropia é considerável. Por exemplo, nos últimos 11 anos, cerca de 500 empresas participaram do concurso anual ECO da Câmara Americana de Comércio, que concede prêmio à execução de destacados programas comunitários empresariais" (ARCO, 1993: 3).

### **Solidariedade, fraternidade, assistencialismo, filantropia no enfrentamento dos problemas sociais e urbanos**

Como se pode observar do relato apresentado, todos os movimentos da sociedade civil no sentido do reconhecimento e do enfrentamento dos problemas sociais visíveis nas grandes cidades brasileiras elencados, ou partem da valorização da solidariedade, da fraternidade, do assistencialismo e da filantropia - valores e práticas politicamente esquecidos ou desvalorizados até muito recentemente no Brasil -, ou nela resultam. E isto vem ocorrendo sem que o Estado seja completamente isentado de sua responsabilidade social.

Mas por que isso estaria ocorrendo? Por que a participação da sociedade civil vem adquirindo esses contornos, no que tange ao enfrentamento dos problemas sociais e urbanos?

Ainda que não reúna elementos suficientes para dar uma resposta consistente a essa questão, adianto pelo menos três hipóteses explicativas, com as quais pretendo trabalhar nos próximos anos e com as quais encerro esse trabalho.

- *Uma resposta à incapacidade do Estado brasileiro*

Em meados da década de 70, o planejamento centralizador e autoritário desenvolvido pelo Estado brasileiro e seus resultados práticos começam a sofrer uma série de críticas de analistas, técnicos e segmentos organizados da população, dentre outras razões, por sua incapacidade de atender as necessidades geradas pelos processos de urbanização e metropolização brasileiros.

Nesse contexto, movimentos associativos ganham visibilidade pública e importância política nas áreas urbano-metropolitanas brasileiras; partidos de oposição e grandes instituições sociais (como as várias igrejas) envolvem-se com a problemática social levantada pelos movimentos e a formulação de propostas para o enfrentamento dessa problemática deslocam-se para os governos municipais e para outros segmentos organizados da sociedade.

---



Em um primeiro momento, constata-se uma valorização político-social do poder local (municipal) e da participação popular na gestão pública. Os governos municipais aparecem como os interlocutores políticos mais visíveis, percebidos pela população como responsáveis pela solução de seus problemas mais imediatos, e sua reestruturação como condição necessária para tal solução. Tem início a descentralização do Estado e os municípios brasileiros experimentam novas formas de gestão<sup>1</sup>.

No entanto, como „numa sociedade como a brasileira, caracterizada por profundas desigualdades, a amplitude dos direitos enunciados choca-se frontalmente com a estreita capacidade das administrações municipais para absorvê-los“ (DANIEL, 1990:11), o diálogo das administrações com os diversos segmentos da sociedade é rapidamente tensionado e o sentimento de desconfiança em relação às instituições governamentais, voltado anteriormente para a esfera federal de atuação do Estado, desloca-se para o âmbito municipal.

A sociedade civil desiste do Estado e assume a responsabilidade de enfrentar de forma emergencial os seus problemas, adotando, para tanto, os valores e práticas coerentes com este tipo de intervenção. Atitude esta que pode ou não estar sendo conduzida pelo ideário neoliberal.

#### • *O medo da violência*

O enfrentamento da dimensão assustadora das crises social e urbana brasileiras, cujas conseqüências violentas escapam ao controle do Estado, ameaçando individualmente e cotidianamente a vida dos membros dos diversos segmentos sociais, inclusive os de elite, exige, por uma questão de sobrevivência, a mobilização de todos os setores, segmentos ou grupos da sociedade na busca de soluções. Nas palavras do sociólogo HERBERT DE SOUZA (1993):

"(...) acho que existe uma consciência cada vez maior na sociedade de que nós chegamos a alguns limites insuportáveis. Toda essa onda que houve ano passado sobre a questão da violência era uma conseqüência direta disso. Há uma consciência de que nós não podemos evoluir para viver em bunkers, principalmente quando eles são cercados por milhões. As classes dominantes podem ir para Miami, sei lá, mas para continuar a viver aqui, você tem que levar o país a sério."

Em contexto no qual o que está em jogo é a sobrevivência individual, e não a disputa entre projetos políticos diversos para a sociedade; e em que se reconhece a necessidade de se somar todos os esforços no sentido de enfrentar a questão, nada mais útil do que acionar valores e práticas que mobilizam o senso comum. Seria a mobilização do coletivo para propósitos totalmente individuais.

---

<sup>1</sup> Uma descrição sumária desse processo pode ser encontrada em RIBEIRO (1990).



- *A construção de um novo modo de desenvolvimento social fundado na redução da procura do Estado, no reencaixamento da solidariedade na sociedade e na produção de uma maior visibilidade social*

Está em gestação na sociedade brasileira um novo contrato social entre os indivíduos, os diversos segmentos sociais e o Estado, em decorrência da crise do modelo de desenvolvimento e do sistema de relações sociais, que tinham o Estado como principal agente de solidariedade social.

Os movimentos e fatos apresentados nesse trabalho constituem sinais de que há uma redefinição das fronteiras entre o Estado e a sociedade civil, com esta tornando-se mais compacta; aproximando-se de si mesma; desenvolvendo formas de ação transversais, que vão da associação formalizada à ação comum informal, para realizar seus objetivos; reinserindo os indivíduos em redes de solidariedade diretas. Sinais estes que indicam a *possibilidade* de se desenvolver, aqui, um novo modo de desenvolvimento social fundado na redução da procura do Estado, no reencaixamento da solidariedade na sociedade e na produção de uma maior visibilidade social - algo que iria na direção do método de progresso social proposto por ROSANVALLON (1981) como alternativa ao Estado-Providência tradicional e como base de uma nova etapa do desenvolvimento social.



## Referências Bibliográficas

- AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA (1993)  
Documento divulgado pelo Comitê Rio, com o apoio do Sindicato dos Bancários/RJ
- ARCO - Assessoria de Relações Comunitárias (1993)  
A filantropia empresarial no Brasil: um estudo preliminar. (São Paulo).
- DUARTE, G. D. & DIAS, J. M. M. (1986)  
Responsabilidade social: a empresa hoje. Rio de Janeiro; São Paulo: LTC - Livros Técnicos e Científicos: Fundação Assistencial Brahma.
- FERNANDES, R. C. & PIQUET CARNEIRO, L. (1991)  
ONGs anos 90 - a opinião dos dirigentes brasileiros. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisas, ISER.
- LANDIM, L (ORG.) (1987)  
Sem fins lucrativos. As organizações não-governamentais no Brasil. Rio de Janeiro: ISER.
- LANDIM, L. (1993).  
Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: ISER.
- RANDOLPH, R ET. ALII. (1991)  
Solidariedade e gestão territorial. Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional da ANPUR, realizado em Salvador.
- RIBEIRO, C. T. (1990)  
Da questão urbana ao poder local: o caso da Barra da Tijuca. Rio de Janeiro: IPPUR, 1990, 102 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ROSANVALLON, P. (1981)  
A crise do Estado-Providência. Lisboa: Ed. Inquérito, s.d.
- SOUZA, H. (1993)  
O país tem que mudar de rumo. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1º caderno, p. 15, domingo 7/03/93.